

“Nova Inconfidência Mineira”

por Patricia Saboia
de São Paulo

Paulo Rabello de Castro destoa dos companheiros de mesa quando prescreve o receituário para a combalida economia brasileira, mas assina em cruz quando se atribui ao autoritarismo a raiz dos males e ao Decreto-lei nº 2.065 a promoção de uma sangria insuportável.

“Estamos partindo para uma nova Inconfidência Mineira”, disse ele numa das várias frases de efeito que arrancaram risos da platéia. “Dona Maria I está pedindo mais outro, nova derrama, e as minas estão-se esgotando. Precisamos, de um novo Tiradentes. Mas que este tenha agora melhor sorte.”

PhD pela escola de Chicago, Rabello de Castro dividiu sua explanação em dois blocos: a questão interna e a externa. No plano interno, chamou atenção para o fato de poucos atentarem para a contrapartida do tão execrado déficit público — que seria o superávit privado, em termos matemáticos. Mas o que ocorre na prática, e o Decreto-lei nº 2.065 é um exemplo típico,

“é uma sangria constante do setor privado para financiamento do setor público”, e que está a exigir “um novo Tiradentes”.

Ele diz que a platéia está equivocada ao pensar que só se encontra um ponto de equilíbrio no bem-estar. A doença sempre se agrava quando a negamos, daí a recessão ser às vezes “sadia” para pôr as coisas no lugar certo. “Quanto mais negarmos esses período, que podemos chamar de parada para pensar, mais estaremos impedindo a adoção de uma terapêutica que também é válida.”

No que toca à desdolarização, Rabello de Castro também tem uma visão oposta à de seus colegas: acha que temos de desdolarizar apenas parte da economia, admitindo a dolarização do setor real da economia. E isto que “reimprimirá forças ao setor produtivo”, prega ele, “reimpregando mais gente”. Dentro deste contexto, a execução de um plano de combate ao desemprego perde importância em face da legitimação, pelo governo, do que ele tacha de “soluções informais” dos empresários criativos que têm sugestões a oferecer.

Tudo isto, no entanto, são seqüelas da questão da renegociação da dívida externa. O sistema de juros flutuantes, imposto unilateralmente pelos credores, torna frágil o devedor.

Para Rogério Furquim Werneck, da PUC/RJ, a situação externa é “amarga”, como decorrência dos muitos erros cometidos.

O pior deles, talvez, agora repetido na última carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI), foi a aceitação de um teto nominal para o endividamento do setor público, baseado numa estimativa de inflação irrealista.

Os novos cortes de investimento trazem mais aperto, as novas metas acordadas também não serão cumpridas e as empresas estatais continuam a ser colocadas para o público como bodes expiatórios — o que é uma simplificação exagerada, a seu ver. Um orçamento consolidado do setor público poderia ajudar no desenho de um novo quadro, em que ficasse nitida a separação entre gastos de custeio e de investimento.